

repetitivas. Incidente de assunção de competência. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Reclamação. Súmulas. Súmula vinculante. Modulação temporal da jurisprudência. 20. Liquidação de sentença. Espécies. Procedimento. 21. Cumprimento da sentença. Disposições gerais. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de obrigação de pagar quantia certa. Cumprimento de obrigação de prestar alimentos. Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa. 22. Execução. Teoria geral. Princípios. Disposições gerais. Espécies. Competência. Legitimidade. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes patrimoniais. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Execução de título extrajudicial. Penhora. Avaliação. Expropriação. 23. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública. Execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública. Procedimento. Precatório. Requisição de pequeno valor. Execução fiscal. Medida Cautelar Fiscal. e. Defesas do executado: embargos à execução, impugnação ao cumprimento e exceção de pré-executividade. Embargos à execução fiscal. Embargos de terceiro. 24. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Características. Procedimentos em espécie. Procedimentos especiais na legislação extravagante. 25. Jurisdição voluntária. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimentos em espécie. 26. Proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Processo coletivo. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Ação civil pública. Inquérito civil público. Ação de improbidade administrativa. 27. Mandado de Segurança. Ação de desapropriação. 28. Juizados Cíveis e Juizado Federal. Juizados Especiais da Fazenda Pública.

4. DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. Sistema Tributário Nacional. 1.1 Princípios do direito tributário. 1.2 Limitações do poder de tributar. 1.3. Repartição das receitas tributárias. 2. Tributo. 2.1. Conceito. 2.2. Natureza jurídica. 2.3. Espécies. 3. Competência tributária. 3.1. Classificação. 3.2. Exercício da competência tributária. 3.3. Capacidade tributária ativa. 3.4. Imunidade tributária. 3.5. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6. Imunidades em espécie. 4. Fontes do direito tributário. 5. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6. Obrigação tributária. 6.1. Definição e natureza jurídica. 6.2. Obrigação principal e acessória. 6.3. Fato gerador. 6.4. Sujeito ativo. 6.5. Sujeito passivo. 6.6. Solidariedade. 6.7. Capacidade tributária. 6.8. Domicílio tributário. 6.9. Responsabilidade tributária. 7. Crédito tributário. 7.1. Constituição de crédito tributário. 7.2. Suspensão do crédito tributário. 7.3. Extinção do crédito tributário. 7.4. Exclusão de crédito tributário. 7.5. Garantias e privilégios do crédito tributário. 8. Administração tributária. 8.1. Fiscalização. 8.2. Dívida ativa. 8.3. Certidões negativas. 9. Impostos dos estados e do Distrito Federal. 9.1. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos. 9.2 . Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. 9.3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores. 10. Processo judicial tributário. 10.1. Ação de execução fiscal. 10.2. Lei n. 6.830/1980 e suas alterações (Execução Fiscal). 10.3. Ação cautelar fiscal. 10.4. Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 10.5. Ação anulatória de débito fiscal. 10.6. Mandado de segurança. 10.7. Ação de repetição de indébito. 10.8. Ação de consignação em pagamento. 10.9. Ações de controle de constitucionalidade. 11. A Zona Franca de Manaus: Incentivos Fiscais. Legislação básica. Art. 40 do ADCT.

5. DIREITO AMBIENTAL E MINERÁRIO: 1 Conceito de meio ambiente. Bem ambiental. Conceito e natureza jurídica. 2. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. 3 Princípios do direito ambiental. 4 Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Lei Federal n. 6.938/1981. Regulamento da Política Nacional do Meio Ambiente. Decreto Federal n. 99.274/1990. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: instrumentos de intervenção ambiental, de controle ambiental e de controle repressivo. Lei Federal n. 9.605/1998. Lei Complementar Federal n. 140/2011. 5 Legislação estadual relativa à Política Estadual de Meio Ambiente (Lei estadual n. 5.887/95 e alterações.). 6 Meio ambiente e a função social da propriedade. Função socioambiental da propriedade. 7 Responsabilidade administrativa e civil pelo dano ambiental. Decreto Federal n. 6.514/2008. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 8 Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios. Submissão do Brasil aos tratados internacionais em matéria ambiental. Lei Federal n. 13.123/2015. 9. Diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. Decreto Federal n. 4.339/2002, que institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. 10 Decreto Federal n. 4.297/2002, que estabelece critérios para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil (ZEE). Lei Estadual n. 6.506/2002, que estabelece diretrizes básicas para o zoneamento econômico-ecológico no estado do Pará. Lei Estadual n. 6.745/2005, que instituiu o Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará. 11 Estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA). Licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA: n. 1/1986, n. 9/1987 e n. 237/1997. Compensação ambiental. Resolução COEMA n. 165, de 24 de agosto de 2021. 12 A legislação brasileira de proteção florestal. Código Florestal. Decreto Federal n. 6.063/2007. Lei Federal n. 11.284/2006. Política Florestal do Estado do Pará. Lei Estadual n. 6.963/2007. Lei estadual n. 6.462/2002. Resolução CONAMA n. 369/2006. Gestão de florestas públicas. Uso e exploração. Concessão florestal. 13 Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal n. 9.985/2000, Decreto Federal n. 4.340/2002. 14 Organismos geneticamente modificados (OGMs). Lei Federal n. 11.105/2005. 15 Regime jurídico dos recursos hídricos. Código de Águas. Poluição da água. Proteção das águas doces. Política Nacional de Recursos Hídricos. Outorga, uso e cobrança da água. Política estadual de recursos hídricos – Lei n. 6.831/2001 e alterações. Lei estadual n. 6.105/1998. 16 Recursos minerais. Pesquisa. Lavra. Participação do proprietário do solo (Lei Federal n. 8.901/1994). Código de Mineração (Decreto-lei n. 227/1967). Lei estadual n. 7.031/2007 e alterações. Lei estadual

n. 6.376/2001 e alterações. 17 Compensação financeira sobre exploração mineral (CFEM). Lei Federal n. 7.990/1989, Lei Federal n. 8.001/1990 e Lei Estadual n. 6.710/2005. Decreto n. 1.567, de 30/03/2005. Lei Complementar estadual n. 133/2020 e alterações. 18. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei Federal n. 12.305/2010. Gestão Estadual de Resíduos Sólidos. Política Nacional de Saneamento Básico. Lei Federal n. 11.445/2007. Política Estadual de Saneamento Básico. Lei Estadual n. 7.731/2013. Lei estadual n. 6.918/2006 e alterações. Lei estadual n. 6.517/2002 e alterações. 19 Lei estadual n. 9.575, de 11 de maio de 2022. 20 Mudanças climáticas. Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei federal n. 12187/09 e alterações). Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – Lei estadual n. 9.048, de 29 de abril de 2020. 21 Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará – Lei estadual n. 5.629/1990. Preservação do patrimônio histórico e artístico nacional – Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. 22 Lei estadual n. 9.593, de 13 de maio de 2022. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações. 23 Lei estadual n. 7.389/2010 e alterações. 24. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

ANEXO III – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA VAGA RESERVADA

Eu, _____, CPF n. _____, portador(a) do documento de identidade n. _____, declaro para o fim específico de atender ao Edital de processo seletivo simplificado n. 2/2023 de candidatos ao 1º programa de estágio em pós-graduação no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), que:

() sou pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e () necessitarei das seguintes adaptações para realizar a prova discursiva: _____;

_____; ou () não necessitarei de adaptações para realizar a prova discursiva.

() sou preto ou pardo.
() sou indígena.

Declaro, ainda, que estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais.

Belém, ____ de _____ de 2023.

Assinatura _____

ANEXO IV – TERMO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DEFINITIVA OU TEMPORÁRIA (PEDIDO DE FINAL DE FILA)

Eu, _____, CPF n. _____, portador(a) do documento de identidade n. _____, aprovado e classificado no Processo seletivo simplificado n. 2/2023 de candidatos ao 1º programa de estágio em pós-graduação no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), declaro que:

() DESISTO TEMPORARIAMENTE da minha contratação e solicito o meu REPOSICIONAMENTO ao FINAL da FILA DE APROVADOS, observando-se a ordem classificatória do certame e estou CIENTE de que minha contratação PODERÁ ou NÃO ser efetivada no período de vigência do referido processo seletivo.

() DESISTO DEFINITIVAMENTE da minha contratação no programa de estágio em pós-graduação e estou CIENTE de que esta manifestação de vontade é irretroatável.

Belém, ____ de _____ de 2023.

Assinatura _____

ANEXO V – RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR HABILITADAS (CONTRATO N. 28/2023 – ESTADO DO PARÁ/PGE-PA X CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE)

AELBRA EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUAC
ASSOC.OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR-ASSOBES
ASSUPERO - ENSINO SUPERIOR LTDA
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARABA- CEMAR
CENTRO UNIVERSITARIO DO PARA - CESUPA
CENTRO UNIVERSITARIO FIBRA
FABEL - FACULDADE DE BELEM
FAC.DE TEOL.FILOSOFIA E CIENC.HUM.GAMALIEL-FATEFIG
FACULDADE DOS CARAJAS LTDA - ME
FACULDADE ESTACIO DE CASTANHAL
FACULDADE ESTACIO DO PARA
FACULDADE IDEAL WYDEN
FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS
FACULDADE PITAGORAS DE PARAUAPEBAS
FACULDADE UNINASSAU
INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CEL
UNINTER EDUCACIONAL S/A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - UFPA
CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DA AMAZÔNIA - FAMAZ